

O MUSEU DO SAGRADO AO SEGREDO¹

Soraia Oliveira de Vasconcelos Botelho²

CASTRO³, Ana Lúcia Siaines de. **O Museu do sagrado ao segredo**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.
196 p.

A tese de Ana Lúcia de Castro propõe a análise do objeto museal e da instituição museu sob dois eixos centrais: a ordem do sagrado e a ordem do segredo.

Sobre o primeiro, Castro parte da premissa de que a “conjuntura museológica, reverenciadora, velada e sedutora na condição de expressão simbólica de poder, funciona como espelho narcísico de uma camada social, por sua inalcançabilidade e catada como determinação legitimadora, inquestionável” (p.25).

Sobre o segredo, a autora afirma: “O nível de ocultamento que rodeia o objeto museológico esgueira-se em esconderijos formais da ideologia institucional, da musealização” (p.26).

A partir desses eixos, Castro discute o distanciamento da “atuação museológica como centro de informação e agente de comunicação” (p.31) para entender o que leva uma sociedade ou indivíduo a frequentar ou a desconhecer um museu.

Na primeira parte do livro – dedicada ao eixo do sagrado – a autora traça um panorama histórico, desde o “templo das musas”, ressaltando que “ao reunir eruditos dedicados a estudos e meditações, a educação começa a ser associada ao conceito de museu” (p.38).

¹ Adaptação de resenha crítica apresentada à Disciplina: Documentação Museológica, ministrada pela Professora Cátia Rodrigues Barbosa, no Curso de Museologia da Escola de Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

² Graduanda em Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais. vasconcelos.soraia@gmail.com

³ Graduada em Museologia (1971), no Museu Histórico Nacional; Mestrado em Ciência da informação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/escola de comunicação (1995). Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/escola de comunicação (2002). Professora adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente no Curso de Graduação em Museologia e no Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio.

Castro destaca o papel do colecionismo e pontua influências no processo de institucionalização dos museus: o movimento enciclopédico, que deu início à prática classificatória; os gabinetes de curiosidades; o Renascimento e o Iluminismo, colocando em foco o homem e as coleções humanistas; a Revolução Francesa, que estendeu os horizontes do conhecimento e se refletiu no século XIX com a criação dos maiores e mais importantes museus da Europa. Os novos museus, planejados para expor coleções baseadas em critério estético e com finalidade recreativa provocam a reflexão: “O museu desloca-se num vácuo que ora oscila para a imobilidade, o distanciamento e a indiferença, ora pende para a cultura, a memória e a identidade”(p.52).

Ainda no âmbito da história, Ana Lúcia de Castro resgata a evolução dos museus no Brasil, desde a chegada de Dom João VI e a criação das primeiras instituições. Sobre a construção do objeto museológico, a autora lembra a sua funcionalidade, conforme Baudrillard, mas reforça que, “por meio do objeto, uma sociedade fala, remete-se a contextos sociais, desloca-se em uma lógica social” (p.66). Para Castro, “o acervo memorial do público subverte a ordem intencional do museu”(p.72).

Adotando o conceito de objeto-signo, tal como Baudrillard, Castro diz que a

qualificação museológica exprime a possessão individual repassada à propriedade coletiva. Nessa passagem, a apropriação se metamorfoseia em patrimônio, a admiração se volatiliza, o contemporâneo recua à intemporalidade e o profano se transfigura em sacralização(p. 81).

A sacralização do objeto museal seria, de acordo com Ana Lúcia de Castro, instrumento para a construção institucionalizada do patrimônio cultural, que, ainda segundo a autora, adquire estatuto oficial, particularmente no Brasil.

Para discutir o território da memória no museu, Castro considera o princípio de memória coletiva: “O indivíduo não guarda o passado; sua conservação se dá pelo grupo, por meio de processos institucionais vinculados aos quadros sociais da memória, que o amarram à tradição, à estabilidade” (p. 96) e chega à afirmativa de que “é no imaginário psicossocial que se descortina a possibilidade da revivência, da evocação e da convocação” (p. 99).

Abrindo a discussão do que considera o segredo museal, a autora pressupõe que a “informação contida no objeto não chega ao usuário do museu por estar envolvida no segredo, no silêncio da exposição, no sigilo da reserva técnica, no ocultamento Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.2, n.1, mar.2012.

documentário”(p.105). Enfatiza que “nada é indagado, pouco é dito. (...) O emissor não precisa falar; e o receptor, por sua vez, não é estimulado a perguntar” (p.108).

Na tentativa de elucidar o “segredo”, a autora chega à construção do tempo museológico: “Na dinâmica de seu deslocamento temporal, o espaço museal é revestido de uma dimensão vazia de tempo, mas não oca. A sonoridade silenciosa do museu projeta o objeto para o fundo do passado e desloca o sujeito do presente para o passado” (p. 117). O museu estaria construindo, assim, um tempo próprio, simbólico, que não ameaça a condição eternizante inerente à instituição. Castro propõe: “Abrir portas à aventura museal significa sair da imobilidade acrônica do sagrado e romper a seriação ocultante da ordem cronológica” (p.120).

A autora apresenta a discussão que cerca o conceito de museologia como fonte para reflexão e renovação do próprio conceito de museu.

Pode-se reafirmar que, no contexto do museu-templo, a sacralização se legitima, enquanto no museu-fórum há maiores chances de se romperem as estratégias de ocultamento da informação e de possibilitar a interação ativa entre público, objeto e museu, naquilo que tal experiência comunicativa resulta (p. 128).

A transformação de templo a fórum pressupõe a eficiência da informação museológica. Para a autora, é fundamental reconhecer o objeto como “depositário de toda uma gama de níveis informacionais” (p. 135) e, ao mesmo tempo, “distinguir suas propriedades a fim de que sua mensagem de conteúdo semântico ou estético seja decomposta e compreendida” (p.138). Ela destaca que “a conjunção de uma base informacional é determinante para a configuração de uma estrutura documentária museológica consistente e referenciada” (p.148) e chega à necessidade de um sistema de documentação em conformidade com as especificidades do objeto museal. “O conjunto de significados que revestem o objeto museal exige uma estrutura de registros com possibilidade de dar conta de suas várias categorias sintáticas e relações semânticas” (p.153). Ainda sobre documentação, Ana Lúcia de Castro apresenta a necessidade de integração com a Ciência da Informação, especialmente no que diz respeito ao Sistema de Recuperação da Informação para análise e tratamento da informação museológica.

Para finalizar, Castro conclui que “o museu - entre o sagrado e o segredo- trabalha na ordem da sedução. Para se libertar da ordem do sagrado e do segredo, a autora aponta: Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.2, n.1, mar.2012.

“ A compreensão dos processos comunicacionais como fator dinâmico da estrutura social e o entendimento das potencialidades informacionais do saber cultura são importantes para que o museu faça um movimento no sentido de democratização a seu acesso” (pg. 168). Afirmar que “refletir o Museu do sagrado ao segredo representa iluminar a passagem simbólica do objeto social transfigurado em objeto museológico” (p.171) e deseja que “se possa ver a instituição museal sair de sua torre de marfim e alcançar a ‘praça que é do povo, como o céu é do condor’, para todos e por todos” (p.172).

“O ambiente é a alma das coisas. Cada coisa é a interseção de três linhas e essas três linhas formam uma coisa: uma quantidade de matéria, o modo que a interpretamos e o ambiente em que ela está. (...) Ser uma coisa é ser objeto de uma atribuição”. (Fernando Pessoa)

Assim como a poesia “é sempre provocadora em sua invasão ao deslocar cadeias imaginéticas e revelar encontros ideativos”, como diz Ana Lúcia de Castro (pg. 25), a literatura também o é. Por isso, recorro ao mesmo artifício de Castro para iniciar essa reflexão.

O texto de Fernando Pessoa aparece na obra *Livro do Desassossego* (p. 88) e, embora não esteja ligado às reflexões sobre museu, é surpreendentemente adequado ao contexto museológico. Explicita com clareza a correlação entre a *coisa* e o seu *universo*, sendo que apenas essa correlação pode criar a noção de valor e, portanto, criar o “objeto museal”.

É o nosso modo de interpretar a coisa - essa quantidade de matéria – que lhe confere valor. Conferir valor é selecionar, separar algo diferente, curioso, querido, do todo comum. É o passo inicial do colecionar. Castro enfatiza a importância do colecionismo na história do homem e dos museus afirmando que as escavações arqueológicas revelam “extraordinárias coleções de objetos de arte e utensílios pertencentes a faraós e imperadores do mundo antigo. (...) O museu seria a resultante institucionalizada dessa prática avaliada por muitos estudiosos, tão antiga quanto o homem, mesmo que seu significado se altere dependendo do contexto psicossocial ao qual este está vinculado” (p.44). É preciso lembrar que esse hábito já trás em si o “segredo” da seleção do objeto e o “sagrado” ao elevá-lo à categoria de especial.

Castro e muitos autores associam o colecionismo e, portanto, a origem dos museus e da museologia, à obsessão do indivíduo em sobreviver, em se eternizar. A ressignificação do objeto seria a ressignificação do próprio homem. Jean Baudrillard, em *O Sistema dos Objetos*, afirma: “Todo objeto tem desta forma duas funções: uma que é a de ser utilizado, a outra de ser possuído. A primeira depende do campo de totalização prática do mundo pelo indivíduo, a outra um empreendimento de totalização abstrata realizada pelo indivíduo, sem a participação do mundo” (p.94).

Voltando às três linhas de Fernando Pessoa, chegamos ao “ambiente em que a coisa está” e, se ela está no museu, o processo de “totalização abstrata realizada pelo indivíduo” (Baudrillard) passa a ter mais uma ressignificação nesse retorno ao universo social. A musealização é naturalmente o ponto máximo da sacralização. Não deve ser acaso a origem dos museus ligada à ideia de Templo das Musas.

A sacralização museal é caminho aberto para construções simbólicas e Castro reforça o uso que o Estado faz delas. A autora lembra que “em seu perfil institucional, o museu não é um espaço neutro; como instituição que seleciona, guarda e transmite informações, constrói e define, sob determinado ponto de vista, um contexto social” (p.72). Ela critica o que chama de pedagogização do discurso museal que “vem provocar um distanciamento social cuja resultante não favorece a assimilação do museu com *locus* cultural” (p.75), constituindo-se em “eficiente mecanismo presentificador da sacralização do objeto como impedimento comunicacional” (p.77).

Podemos citar o exemplo do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e a história construída em torno do movimento, na época do Estado Novo. Outra referência pode ser o Museu Paulista, em São Paulo, e as comemorações do centenário da Independência. Castro lembra que é fácil perceber a “missão museológica de espelhar grandes feitos e reverenciar personagens ilustres” (p.59) para concluir a respeito da “profunda vinculação do museu com o estado” (p.59). Ulpiano de Meneses refere-se ao “Teatro da Memória” e pergunta: “Que possibilidade pode haver de participação do museu histórico na produção de conhecimento histórico?” (p.10). A resposta é desafiadora já que a sacralização de um objeto – como a tela de Pedro Américo, no Museu Paulista – se apresenta carregada de segredos e interesses de Estado, num determinado momento histórico. Voltando a Ulpiano de Meneses: “O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.2, n.1, mar.2012.

como o suco de umlimão.(...)O historiador não faz o objeto falar:é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamentalpara definir o alcance de sua fala” (p.21). Da mesma maneira, o museu ao selecionar e expor determinado objeto também “fala”, embora esse falar se traduza contraditoriamente emsilêncio, tal como a que se refere Ana Lúcia de Casto: “Partindo do pressuposto de que determinada informação existe, o segredo seria o obstáculo para que ela não chegue a um receptor interessado ou potencialmente sensível a recebê-la” (p. 105).

No silêncio do museu, se perpetua a sacralização do segredo. É a torre de marfim a qual se refere Castro. O recurso para desencastelar o fato museal seria “pensar o museu a partir de uma estrutura informacional, deslocar o foco museal do objeto em si para abrir o leque dos variados níveis de informação que o formam e o inserem no processo cultural” (p. 147).

A informação, que requer documentação, e a comunicação dessa informação documentada são as armas possíveis para traduzir a fala silenciosa do museu. Segundo José Mauro Loureiro,

É preciso assinalar que os objetos/documentos processados a partir dos processos de musealização não se detêm unicamente nos aspectos descritivos da materialidade, do concreto, mas remete-nos sempre aos contextos históricos e socioculturais de sua produção e uso. Esses dois níveis, para se tornarem úteis, devem ser integrados em uma instância significativa cuja construção é inviável sem os pressupostos da documentação (2008,p. 28).

O fim do “museu mudo” é a possibilidade de transformação do objeto eleito por uns em objeto significativo, se não para todos, pelo menos para muitos. “Só assim, é possível ter a expectativa de que o museu venha a ser compreendido como instituição comunicativa, fonte de pesquisa científica e estética, transmissora de conhecimento e disseminadora de informação, significando que dessacralizar o signo museológico implica romper a estratégia do segredo e explicitar como sua lógica excludente se articula”(p.160), conclui Ana Lúcia Castro.

Vale ainda lembrar Ulpiano dizendo que não ignora as tarefas educacionais do museu, mas ressaltando que “se elas não tiverem como referência o conhecimento, tratar-se-á de mera doutrinação” (p. 10).

Para finalizar, e voltando à literatura, as palavras de José Saramago soam como sábia advertência diante do fetiche sacralizante e silencioso dos objetos musealizados dos próprios museus: “*Fora da história não há nada*”.

Referências

AGUILERA, Fernando Gómez (Org.) **As Palavras de Saramago**. São Paulo: Schwarcz, 2010. 479p.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva 2009. 230p.

LOUREIRO, José Mauro M. Loureiro. A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. In: _____. **Documentação em Museus/ Museu de Astronomia e Ciências Afins**. Rio de Janeiro: MAST, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: _____. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1994.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. São Paulo: Schwarcz, 1997. 559p.